



DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CENTRO

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ANADIA

ATA NÚMERO TREZE DA REUNIÃO DO CONSELHO GERAL

-----Aos dois dias do mês de Julho de dois mil e catorze, pelas dezoito horas, reuniram na Escola Básica nº. 2 de Vilarinho do Bairro, na sala CN1, sob a presidência do docente Aníbal Marques, os elementos do Conselho Geral, à exceção dos seguintes elementos — que justificaram devidamente a sua ausência —, sendo eles a representante da Associação Comercial e Industrial da Bairrada (ACIB), Ana Patrícia Santos Rodrigues, da Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Anadia (AHBV), Mário Augusto Ferreira Teixeira, e ainda Teresa Conceição Silva Fernandes Galante Santos, Luís Alberto Alegre Pidwell Silva e Francisca Moura. -----

-----A presente reunião visa dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto um - Aprovar o Relatório Final de Execução do Plano Anual de Atividades;-----

Ponto dois - Refletir acerca dos processos de Autoavaliação;-----

Ponto três - Verificar o ponto de situação acerca da Escola Nova;-----

Ponto quatro - Ratificar os critérios de organização de horários;-----

Ponto cinco - Outros assuntos.-----

-----Deu-se início à reunião com a leitura e análise da ata da reunião anterior, onde o docente Paulo Carvalho referiu discordar de uma frase que lhe tinha sido atribuída, alegando não ter sido essa a ideia que queria transmitir relativamente à análise do relatório de contas. O presidente ficou com uma nota para que o secretário fizesse a respetiva correção.-----

-----A ata foi depois aprovada por maioria com duas abstenções por não estarem presentes.-----

-----Relativamente à reunião anterior o presidente do Conselho Geral referiu que tinha justificado algumas faltas e que tinha dado como injustificada uma falta, da Conselheira Teresa Cardoso, uma vez que tinha sido enviada a sua justificação para um email que não existia, justificação esta que só teria chegado depois às nove horas do dia seguinte. Feito o esclarecimento a falta foi também considerada justificada à reunião do dia vinte e três de abril.-
Relativamente à presente reunião o Presidente questionou se havia algum ponto prévio à ordem de trabalhos que quisessem incluir e, não havendo nenhum, chamou a atenção para o documento que tinha recebido do diretor e que tinha enviado a todos com a avaliação do projeto educativo e o facto de essa avaliação ainda não ter sido feita. Nesse sentido e se achassem adequado,

antes de passarem ao primeiro ponto, a aprovação do relatório final de execução do plano de atividades, poderiam debruçar-se sobre essa avaliação e se teriam ou não algo a acrescentar.-----
-----Ainda antes disso, e não mexendo no ponto prévio, tendo em conta uma chamada de atenção do conselheiro Artur Melo para as repetidas faltas da representante da ACIB, o presidente disse que fazendo uma resenha de todas as faltas desde o dia da tomada de posse, dia oito de fevereiro de dois mil e doze, e já contando com a reunião de hoje, a mesma tem seis faltas justificadas e três faltas injustificadas. Como o regimento interno inicialmente previa o número de faltas e quando foi alterado, não contemplou essa situação, não prevendo qual o número de faltas injustificadas que poderiam ser dadas, disse que cabia aos conselheiros decidir se a representante da ACIB continuaria ou não a fazer parte do Conselho Geral, uma vez que o artigo oitavo do regime de faltas diz que os membros do Conselho Geral não poderão faltar mais de três reuniões consecutivas ou quatro interpoladas, sob pena de perder o mandato, exceto se o presidente aceitar como justificados os motivos invocados. Uma vez que ela tem três faltas injustificadas, neste caso estaria dentro desta situação. Sendo também um membro cooptado e, nesse sentido, questionou-se o que deveria ser feito. Se os membros do Conselho Geral assim o entendessem, enviar-se-ia uma carta à entidade que superintende a pessoa que faz a representação da ACIB, dando conta disto, que tem de ser substituída ou, no caso de assim o entenderem, cooptarem outra entidade. Ficou assim à consideração dos Conselheiros e onde Teresa Cardoso interveio e disse que achava que seria de bom-tom pelo menos notificar a ACIB, dando conta desta situação e perguntar claramente se a intenção é de se fazer continuar a representar neste Conselho Geral. No caso de eles se manifestarem como não querendo estar presentes ou não tendo disponibilidade, nesse caso o problema ficaria resolvido, o que seria diferente de ser o Conselho Geral a tomar essa decisão. Assim sendo o Presidente perguntou se achavam que a abordagem a fazer deveria ser formal ou informal, decidindo-se fazer primeiro uma abordagem informal e depois, consoante a resposta da Diretora, poderiam então formalizar a situação.-----

-----Em seguida, no que diz respeito à avaliação do Projeto Educativo 2012/2013, que começa na página vinte e três dos documentos enviados foi feita a respetiva análise e as devidas retificações. -----

-----Em jeito de conclusão sobre a análise do Projeto Educativo o Presidente disse “ser de enaltecer a diversidade de atividades promovidas e a preocupação em cumprir os objetivos propostos, bem como a prevenção de situações anómalas e o fomento da qualidade de vida no Agrupamento. Um desiderato que se deve manter com um espírito de avidez e insatisfação permanentes”. -----

-----A Conselheira Paula Gama referiu que não fazia sentido estar agora a aprovar o relatório de 2012/2013, porque se algumas coisas deveriam ser melhoradas, deveriam ter sido no ano que terminou e que deveria, no início do novo ano letivo, na próxima reunião, ser feita a avaliação

do projeto de 2013/2014, de modo a poder alterar o que não estiver correto no próximo ano letivo. -----

-----Assim sendo o Presidente sugeriu que na reunião de início do ano letivo 2014/2015, que seria em outubro ou novembro, se fizesse a análise do relatório de 2013/2014, para assim poder iniciar o ano com esse feedback e tomar medidas para tentar alterar e ultrapassar algumas situações menos positivas. -----

-----Passou-se de seguida ao ponto um da ordem de trabalhos, aprovação do relatório final do Plano Anual de Atividades. -----

-----Começando a análise o Presidente referiu o facto de haver questões de formatação e de palavras mal escritas, que deveriam posteriormente ser corrigidos e posteriormente enviado para retificar. O Diretor, Elói Gomes, referiu o fato de a maior parte do texto lhes ser fornecido e não ser mexido, foi apenas copiar, colar, apenas sendo alterado nas conclusões, tudo o resto não sofreu alterações. -----

-----A conselheira Paula Gama salientou que fica surpreendida como é que um documento como este chega assim às nossas mãos, uma vez que há linguagem que não está correta e coisas que não estão bem, tem de haver algum cuidado com a redação de um documento como este, e da maneira como o mesmo chega ao Conselho Geral, local onde estão todos os elementos representantes da comunidade e que tem de haver alguma preocupação, alguém tinha de fazer uma triagem. -----

-----O Diretor referiu que o tempo para o fazer não foi muito, que devem perceber que não foi fácil fazer este documento em tão pouco tempo e que realmente não foi visto assim ao pormenor de modo a eliminar algumas gralhas que tem, e que a maior parte do texto é copiar e colar não se alterando nada. -----

-----O Diretor também salientou que neste momento é um documento de trabalho. -----

-----O Presidente sugeriu então que o Conselho Geral se debruçasse sobre eventuais deficiências que o documento tem de modo a que não fosse para a página do Agrupamento assim. Que era o Conselho Geral que iria dar o aval para que o documento seguisse depois para a página do Agrupamento já devidamente retificado. -----

-----O Plano Anual de Atividades foi analisado e retificado em todos os pontos onde suscitaram dúvidas, tendo o Presidente referido, depois de análise que se fazia, uma ressalva afirmando que este documento é da responsabilidade dos diversos Departamentos. No próximo ano letivo o formato do documento deveria ser alterado, retirando as observações e passando a constar apenas aspetos positivos e aspetos negativos. -----

-----Segundo o Presidente Aníbal Marques, em conclusão, há muita coisa a realçar pela positiva, e segundo a avaliação global que fez, daquilo que se pôde observar, “parece-nos que houve um grande envolvimento de todos os agentes educativos que propiciaram uma vasta gama de atividades, com repercussões positivas em toda a comunidade. O cuidado, a tenacidade, a vontade e o querer colocados em toda esta panóplia de ações, denotam um dinamismo que nos

permite ter orgulho na comunidade que representamos. Os aspetos menos positivos têm uma óbvia utilidade: a de nos manter *despertos* para a excelência e na senda daquilo que preconizamos para um porvir mais assertivo e consolidado.” -----

-----Posto isto, o Relatório Final de Execução do Plano Anual de Atividades, depois de posto a votação, foi aprovado por unanimidade, não havendo abstenções.-----

Foram então consideradas as seguintes alterações a fazer ao plano a elaborar para o próximo ano letivo: descrição da ação, pontos positivos, pontos negativos. -----

Considerou-se, ainda, manter a data para a discussão do Plano Anual de Atividades mas tendo em atenção a data do fim de atividades do pré-escolar, procurando marcar a reunião o mais tarde possível. -----

----Passando ao segundo ponto, refletir acerca dos processos de autoavaliação, e uma vez que estavam presentes elementos da equipa de autoavaliação, o Presidente do Conselho Geral (sendo um desses membros) deu conta do que se passou na última reunião dessa equipa de autoavaliação. No que respeita à possibilidade de contratualização de uma empresa para efetuar essa avaliação, após várias considerações e reflexões, decidiu-se:-----

- a) Não contratualizar a empresa
- b) Na distribuição de serviço, contemplar tempo para os elementos da equipa;
- c) Procurar formação para os elementos da equipa;
- d) Criar comissões para implementar o trabalho. Esta equipa sistematizaria toda a informação.
- e) Posteriormente decide-se, em função do andamento dos trabalhos.

Relativamente à monitorização do processo, no que respeita às metas da aprendizagem (confronto entre as classificações do 2.º Período e respetivas propostas dos Departamentos), decidiu-se que: -----

- Se peça aos coordenadores que analisem e peçam aos grupos feedback acerca das metas já estabelecidas...

- A data limite para os Coordenadores enviarem as metas e um relatório acerca do aproveitamento deste ano letivo (modelo próprio) é até 04 de julho de 2014 (metas para 2015).

- Vão ser colocadas na Plataforma.

- Vai ser elaborado um relatório/reflexão, no início de setembro, em que se pondere as classificações internas e os resultados dos exames.

Em suma, irá ser monitorizado todo o processo relativamente às metas da aprendizagem. -----

Assim, todas as metas de aprendizagem, que envolvem todos os anos e todas as disciplinas vão ficar disponíveis na página do agrupamento. -----

----Na análise dos documentos finais, todos os documentos relativos a estes procedimentos vão ser uniformizados. No dia quinze de julho às nove horas e trinta minutos irá ser feita uma reunião para tratar da uniformização destes documentos, para que todo o agrupamento venha a ter os mesmos documentos e trabalhar da mesma maneira. Vão ser colocados posteriormente, na página do agrupamento, na plataforma, para que todos possam ter acesso. -----

----Este modelo vai posteriormente ser preenchido pelos Grupos/Departamentos, em setembro. -

----No ponto três, verificar o ponto de situação acerca da escola nova, o Presidente questionou se alguém tinha informações, ao que o Diretor Elói Gomes referiu que as últimas informações oficiais que tinha, da Empresa Parque Escolar, foi que as empresas tinham sido notificadas no dia 19 de maio, para no prazo de sessenta dias se poder arrancar com as obras, embora não referisse quais as empresas que teriam sido notificadas e que só a partir de dia dezanove é que supostamente deveriam tomar uma decisão. Referiu que consta também, que foi dito, embora isto não esteja escrito, que existem alguns problemas com a empresa, que a empresa não está interessada em continuar a obra e que existe uma negociação bilateral entre esta empresa e uma outra, com quem estão a tentar negociar. -----

----Paula Gama, referiu que tinha telefonado, hoje, para a Parque Escolar e que lhe transmitiram que o Engenheiro Luís Martins tinha hoje uma reunião com a Administração da Parque Escolar e que um dos pontos é a cessão da posição contratual. Disse estar a correr bem, mas ainda não está formalizada. Não tendo mais esclarecimentos sobre isto passou-se ao ponto seguinte. -----

----No ponto quatro, Ratificar os critérios de organização de horários, que faz parte das competências do Conselho Geral, o Presidente apresentou o seguinte documento, do qual deu conta aos Conselheiros, para análise e eventual aprovação: -----

----Os Critérios de organização dos horários, tendo em conta: o Decreto-Lei 137/2012, de 2 de julho de 2012, artigo 13.º, alínea I; Decreto-Lei 13-A, de 5 Junho de 2012, artigo 13.º, ponto 6; Despacho normativo n.º 6/2014, de 26 de maio de 2014, devem comportar: -----

1 - Princípios gerais

a) A responsabilidade última da elaboração dos horários e consequente distribuição de serviço é da competência do Diretor.

b) A elaboração de todos os horários obedecerá, primordialmente, a critérios de ordem pedagógica.

c) Procurar-se-á manter a continuidade do professor no grupo/turma (continuidade pedagógica), bem como do Diretor de Turma, desde que não haja motivos que aconselhem a sua substituição (situações registadas em documentos oficiais, do conhecimento do Diretor, ou outras consideradas ponderosas).

d) A distribuição de níveis pelos vários professores do grupo de recrutamento deverá ser equilibrada (sempre que possível, não mais de dois níveis a cada docente) e ter em consideração o empenhamento/comprometimento dos docentes no Agrupamento.

e) Na distribuição de serviço dever-se-á ter em linha de conta a adequação do perfil do professor às necessidades da turma designadamente quanto àquelas que apresentem problemas de assiduidade, indisciplina, insucesso repetido, etc.

f) Dever-se-á evitar a atribuição de turmas com disciplinas sujeitas a exame final a professores para os quais haja previsibilidade de ausência prolongada ou que, em anos anteriores, apresentem um padrão de baixa assiduidade.

2 - Critérios gerais

a) O esquema de funcionamento do Agrupamento de Escolas de Anadia, definido em função da previsão do número de turmas, número de tempos curriculares de cada ano e capacidade dos respetivos espaços, obedecerá ao definido no Projeto Educativo.

b) A apresentação de cada horário obedecerá ao esquema de blocos/tempos letivos devidamente definidos quanto ao seu início e conclusão.

c) No 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário as aulas serão organizadas em blocos de 90 minutos ou tempos de 45 minutos.

3 - Professores

a) As horas de apoio educativo ou outras que sejam atempadamente conhecidas farão parte integrante do horário do docente, sempre em período não coincidente com as atividades letivas dos alunos;

b) No horário do Docente devem ser registadas a totalidade das horas de trabalho, com exceção da componente não letiva, destinada a trabalho individual e da participação em reuniões de natureza pedagógica, convocadas nos termos legais;

c) Deve o Diretor (após a devida ponderação com base em todos os instrumentos disponíveis e considerando o nível de envolvimento, disponibilidade, comprometimento e diligência de cada docente no que respeita ao Agrupamento) assumir a sua hierarquização nos vários Departamentos, no que respeita à distribuição horária.

----O Presidente referiu que esta proposta apresentada lhe parecia adequada e não ia muito além da apresentada no ano anterior e que depois deveria ser colocada na página do agrupamento para toda a gente ter acesso e não haver nenhuma dificuldade na sua resolução.---

----A proposta do Conselho Pedagógica é, em tudo, igual à do ano anterior. -----

----Passou-se para a votação das propostas, sendo as mesmas aprovadas por unanimidade.-----

----A docente Alexandra Gonçalves interveio para questionar sobre a marcação de reuniões do ensino vocacional, que deveriam estar marcadas na componente não letiva, um bloco para reunião semanal. Foi informada que sempre que possível estava definido e ficou então a indicação do Conselho Geral que sempre que possível se faça essa reunião. -----

----No ponto cinco, Outros assuntos, Paula Gama deixou duas sugestões, a primeira sobre os contactos dos encarregados de educação, e-mail, uma vez que a Associação de Pais não tem os contactos e torna-se difícil contactá-los; assim sugeriu-se que cada Diretor de Turma no início do ano apresentasse uma folha aos Pais e Encarregados de Educação para quem quisesse preencher e disponibilizar essa informação à Associação de Pais; a segunda sugestão tem a ver com o calendário de exames do 1º. Ciclo: avisar atempadamente qual o calendário de exames do

próximo ano para que os pais possam ter conhecimento logo no início, colocando no folheto informativo que recebem no início do ano. -----

----Falou ainda relativamente ao encerramento da Escola de Samel, em que dos oito alunos que saíram do quarto ano só um ou dois é que veio para o Agrupamento; os outros foram para Bustos, para o IPSB; se a Escola fechar o resto dos alunos irá para o Troviscal. Disse que nos temos de preocupar seriamente com isto. O Diretor referiu que a proposta era trazer os alunos de Samel para Vilarinho do Bairro, para a Escola Básica nº. 2, mas Paula Gama referiu que os Encarregados de Educação não querem e não os trazem. O Diretor referiu que neste momento há uma providência cautelar e que foi um ofício para o Ministério e que tínhamos de aguardar a resolução da situação. -----

----Na resposta à questão se havia mais assuntos, o docente Pedro Vale referiu que estava em curso um desmantelamento da escola pública e a desresponsabilização do estado nestas questões todas; referiu que estamos no momento em que devemos fazer uma defesa ainda mais acérrima, mais forte da escola pública, que existe uma petição online a decorrer (www.escolapublica.net), e que já agora não seria mau se todos fossemos lá e inscrevêssemos também os nossos nomes. Está por distritos e o distrito de Aveiro ainda tem muita falta de assinaturas, e que se calhar não seria mau de todo tomarmos uma posição relativamente a tudo isto, uma vez que o que está a acontecer é muito mau, que tem a ver com a quebra da natalidade e também com a fuga das pessoas para o estrangeiro, mas também outros aspetos e considerou que não seria mau de todo o Conselho Geral tomar uma posição relativamente a estas questões, apresentando um texto sobre a situação da fragilização da escola pública, texto esse que foi aprovado por unanimidade e vai ser anexo à ata. -----

----Não havendo qualquer outro assunto a tratar, o Presidente sugeriu a data para a próxima reunião em Outubro, dia vinte e nove, previsivelmente (eventualmente poderá vir a ser alterada).-----

A ordem de trabalhos será:

1. Ratificar (ou retificar) o Regimento Interno;
2. Apreciar os resultados do processo de autoavaliação;
3. Linhas Orientadoras para a elaboração do Orçamento;
4. Linhas orientadoras do Planeamento e Execução das Atividades no Domínio da Ação Social Escolar;
5. Definir os critérios para a participação da escola em Atividades Pedagógicas, Científicas, Culturais e Desportivas;
6. Ponto da situação da nova Escola.
7. Outros Assuntos.

----O Presidente agradeceu a presença de todos e a docente Alexandra Gonçalves agradeceu a presença de todos na Escola de Vilarinho do Bairro. Foi ainda sugerido pela Conselheira Paula Gama a realização das reuniões também nos Centros Escolares. -----

----E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão da qual foi elaborada a presente ata. -----

O Presidente do Conselho Geral

(Aníbal Marques)

A Secretária

(Lúcia Cruz)